

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO BRASIL IMPÉRIO E NA PRIMEIRA REPÚBLICA

BRAZIL'S FOREIGN POLICY: FROM EMPIRE TO REPUBLIC

LA POLÍTICA EXTERNA BRASILEÑA EN EL IMPERIO DEL BRASIL Y EN LA PRIMERA REPÚBLICA

Hadiel das Graças Bahia¹

Resumo

O objetivo deste artigo é comparar a política externa brasileira do Brasil Império com a política externa brasileira da Primeira República, abordando o processo de transição entre uma zona de influência europeia e uma zona de influência norte-americana e o processo de consolidação territorial brasileira após o reconhecimento da independência. Para atingir este objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva, visando apontar os padrões percebidos na diplomacia brasileira e que resultados foram alcançados a partir da emancipação do país em relação a Portugal. Também foi realizada uma pesquisa ex-post-facto, com a reunião de dados históricos relevantes e determinantes para que o Brasil viesse a ser, desde o seu nascimento como nação independente, um ator relevante nas Américas como um todo e na América do Sul em particular. Compreender esse processo é fundamental para entender como o Brasil se tornou o ator mais relevante da América do Sul e como, a despeito dos interesses territoriais das maiores potências da época, conseguiu se consolidar como o quinto maior país do mundo em extensão territorial. Como resultado deste estudo, percebemos que a ascensão dos Estados Unidos como potência foi fundamental para a mitigação da influência europeia na América do Sul. Além disso, concluímos que foi de importância fundamental o papel do Barão do Rio Branco na condução das negociações territoriais brasileiras.

Palavras-chave: política externa; independência; Brasil Império; Brasil República; fronteiras.

Abstract

This article delves into the transition of Brazil's foreign policy from its European entanglement during the Empire to the North American embrace under the First Republic. It examines how, following liberation from Portugal, Brazil navigated the intricate geopolitical climate to consolidate its territory and emerge as a significant player in the Americas, culminating in its status as the world's fifth largest nation. Employing a combined approach of descriptive and ex-post-facto research, the analysis identifies key patterns in Brazilian diplomacy and identifies crucial historical events that shaped its trajectory. We reveal how the ascendant United States played a pivotal role in diminishing European influence and highlight the instrumental role of Baron of Rio Branco in securing advantageous territorial arrangements. Understanding this pivotal transition offers valuable insights into how Brazil, despite geopolitical pressures, secured its vast territorial expanse and ascended to become the preeminent figure in South America.

Keywords: foreign policy; independence; Brazilian Empire; First Republic; borders.

Resumen

El objetivo de este artículo es comparar la política externa brasileña del Imperio del Brasil con la política externa brasileña de la Primera República, abordando el proceso de transición entre una zona de influencia europea y una zona de influencia estadounidense y el proceso de consolidación territorial brasileña tras el reconocimiento de la independencia. Para alcanzar ese objetivo, se realizó una investigación descriptiva, buscando apuntar los patrones notados en la diplomacia brasileña y qué resultados se lograron a partir de la emancipación del país con relación a Portugal. También se realizó una investigación ex post facto, con la reunión de datos históricos relevantes y determinantes para que el Brasil se volviera, desde su nacimiento como nación independiente, un actor relevante en las Américas como un todo y en Sudamérica en particular. Comprender ese proceso es fundamental para entender cómo Brasil se volvió el actor más relevante de Sudamérica y como, a pesar de los intereses territoriales

¹ Aluno do curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: bahia.hb@gmail.com

de las mayores potencias de la época, logró consolidarse como el quinto país más grande del mundo en extensión territorial. Como resultado de este estudio, nos hemos dado cuenta de que la ascensión de los Estados Unidos como potencia fue fundamental para la mitigación de la influencia europea en Sudamérica. Además, concluimos que fue de importancia fundamental el rol del Barón de Río Branco en la conducción de las negociaciones territoriales brasileñas.

Palabras clave: política externa; independencia; Imperio del Brasil; Brasil República; fronteras.

1 Introdução

Com duzentos anos de história recém-completados, a política externa brasileira é herdeira das interações resultantes de diversas culturas miscigenadas em um país constituído essencialmente de imigrantes e detentor de variadas influências em um amplo território. Calcada por uma direção inicialmente europeizada, já que nos primórdios de sua independência foi conduzida por um príncipe lusitano, herdeiro do trono português, a política externa nacional foi marcada pela influência externa inglesa e, internamente, pelos interesses de uma elite agrário-exportadora.

O objetivo deste artigo é comparar a política externa brasileira do Brasil Império com a política externa da Primeira República e compreender como as decisões dos processos de independência e consolidação da república brasileira influenciaram e sofreram impactos de uma sociedade internacional complexa e multifacetada, que acompanhou o declínio do domínio europeu e ascensão do poderio norte-americano. Para atingir este objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva a fim de caracterizar o padrão de decisões utilizado pelo corpo diplomático brasileiro, de acordo com as prioridades observadas em cada um dos períodos da história nacional; bibliográfica, com o intuito de subsidiar, por meio dos estudos de autores que se debruçaram sobre o tema, as conclusões alcançadas neste trabalho; além de uma pesquisa ex-post-facto, com a finalidade de coletar informações sobre decisões importantes tomadas nesses períodos específicos da história nacional, que surtem efeito na sociedade brasileira até os dias de hoje.

O trabalho está dividido em duas seções, a primeira abordando a política externa brasileira do Brasil Império e como a nação brasileira esteve sob a esfera de influência das potências europeias, e a segunda abordando a política externa brasileira durante a Primeira República, quando o Brasil experimentou um processo de declínio da ingerência europeia e incremento da presença norte-americana. Por fim, nas considerações finais, será traçado um paralelo entre os dois períodos a fim de comparar as mudanças, evoluções e retrocessos ocorridos entre os dois períodos.

2 Apanhado histórico da política externa brasileira

2.1 A política externa do Brasil Império

Para compreender as oportunidades e desafios do Brasil nos primórdios de sua independência, é necessário observar a jovem nação no tempo e no espaço, levando em conta a efervescência dos movimentos emancipatórios dos países da América Latina e das relações internacionais no contexto do Congresso de Viena. A respeito disso, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno asseveram que

[...] pelo menos quatro variáveis, de natureza estrutural e histórica, iriam condicionar a elaboração e a execução da política externa brasileira nesse período inicial: o jogo das forças que compunham o sistema internacional no início do século XIX e os objetivos dos Estados dominantes, a inserção do continente americano nesse sistema, a herança colonial brasileira tanto socioeconômica quanto jurídico-política e, finalmente, o precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da “aliança inglesa” (Cervo; Bueno, 2011, p. 19).

O apoio a uma monarquia nas Américas facilitava a manutenção de vínculos entre o Concerto Europeu e seus estados satélites, bem como continha o ímpeto republicano, fundamental para permanência da unidade territorial brasileira e para a centralização das negociações.

Os desafios enfrentados pelo Brasil no período imperial foram desde a necessidade de consolidar um vasto território, principalmente nas guerras de independência e no período regencial, passando pela necessidade de substituir a mão-de-obra escrava pela assalariada, assunto sensível nas relações com a Inglaterra, e o enfrentamento aos ímpetus expansionistas e pan-americanistas das novas repúblicas americanas. Adicione-se a essas questões a necessidade de superar os problemas econômicos e os déficits orçamentários.

2.1.1 As relações com Portugal

O início da jornada brasileira em direção a uma autonomia perpassa por um processo de separação de fato entre a monarquia constitucional brasileira, criada após a independência, e a coroa portuguesa. O embate interno entre conservadores e liberais foi representativo de um processo que opôs os defensores de uma maior autonomia e os apregoadores de uma manutenção do Brasil como uma colônia.

Dessa forma, a atuação brasileira no cenário internacional não ocorreu automaticamente de forma autônoma a partir da declaração de independência, como afirmam Cervo e Bueno:

A soberania brasileira não pode ser concebida como efeito abrupto da Proclamação da Independência, em 7 de setembro, imediatamente aplicável no exterior. Seu exercício estava condicionado interna e externamente e requeria toda habilidade para vir a conformar-se com os interesses da nação (Cervo; Bueno, 2011, p. 19).

As invasões napoleônicas na Europa e a conseqüente transmutação da corte portuguesa para a América aceleraram o processo de emancipação colonial. Uma vez se constituindo como principal fiadora da coroa portuguesa, a Inglaterra buscou garantir seus interesses ao firmar diversos acordos com Portugal. Dentre eles se destacam a abertura dos portos, realizada em 1808, e o Tratado de Aliança e Amizade, de 1810.

A presença do regente máximo lusitano em terras tropicais incomodava as cortes portuguesas, que, após a Revolução Liberal do Porto em 1820, passaram a exigir o retorno de Dom João VI à metrópole. Sob ameaça de perder o trono, Dom João retornou para Portugal em 1821, mas deixou seu filho herdeiro como regente no Brasil. Diante da efervescência das disputas internas e das pressões pela autonomia brasileira, Dom Pedro I proclamou a independência do Brasil, desvinculando-se oficialmente de Portugal.

Após o controle dos insurretos que haviam se mantido fiéis à metrópole, havia a necessidade de estabelecer o arcabouço jurídico do novo Estado. Embora tenha havido a convocação de uma assembleia constituinte, esta foi dissolvida, na medida em que foram levantadas propostas de limitação do poder do monarca. D. Pedro I designou então que o Conselho de Estado realizasse esta tarefa. O resultado foi a outorga de uma constituição com características de diversos matizes ideológicos, conforme afirma Dilma Cabral:

Apoiada numa pluralidade de matizes teóricas, como a experiência constitucional da Espanha (1812) e da França (1814), bem como o pensamento político de Benjamin Constant, o modelo expresso na Constituição de 1824 resultou da tentativa de conciliar os princípios do liberalismo à manutenção da estrutura socioeconômica e da organização política do Estado monárquico e escravocrata que emergira da Independência. A Constituição outorgada não apenas modelou a formação do Estado, como teve importante papel na garantia da estabilidade institucional necessária à consolidação do regime monárquico (Cabral, 2014).

A divergência em torno da separação e a submissão à metrópole, bem como o desprezo às reivindicações dos representantes brasileiros nas cortes, deram o tom dos conflitos, que foram contidas somente em 1824, quando as insurreições do Pará, Bahia, Maranhão e Cisplatina foram controladas pelas tropas de D. Pedro I.

Nem todas as províncias receberam a notícia da declaração da independência do Brasil de forma positiva. Diversos conflitos ocorreram, principalmente no Nordeste, onde províncias como Pará, Maranhão e Bahia mantiveram-se leais a Portugal. A chamada Guerra de

Independência do Brasil se estendeu até 1824, quando foram pacificadas as últimas tropas insurgentes.

As cortes portuguesas tomaram medidas que foram impopulares no Brasil, tais como a exigência do retorno do príncipe regente à metrópole e a instalação de mais tropas no Rio de Janeiro. Além disso, o relacionamento entre brasileiros e portugueses se deteriorava cada vez mais, por conta do tratamento desdenhoso dispensado aos representantes brasileiros que iam a Portugal negociar.

2.1.2 O entorno regional

Após suas respectivas independências, Brasil e Argentina tornaram-se herdeiras dos conflitos regionais de suas antigas metrópoles Portugal e Espanha. Conforme afirmam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

Após as independências, Rio de Janeiro e Buenos Aires vão administrar o secular conflito regional entre Portugal e Espanha, relativo ao domínio do estuário da Prata. Historicamente, a opção portuguesa fora o domínio das vias navegáveis, a procura das minas e o controle do contrabando e do comércio regionais (Cervo; Bueno, 2011, p. 44).

Após a declaração de independência do Uruguai feita em 1825, veio novamente à baila a questão da Cisplatina. Uma vez retiradas as tropas brasileiras da Banda Oriental, Buenos Aires envidou esforços para anexar o território da recém-independente república uruguaia. Diante dos desgastes das negociações, ambas as partes solicitaram a mediação dos britânicos, que possuíam como meta principal garantir o fluxo de comércio e os negócios com os países envolvidos.

O resultado foi o reconhecimento da independência do Uruguai, com mediação da França e da Inglaterra e a assinatura de um tratado de paz em agosto de 1828. Ficava assegurada a livre navegação do Prata e seus afluentes a todas as partes.

Outro ator relevante para a manutenção da estabilidade na região era o Paraguai. Desde a acreditação de Correia da Câmara, primeiro representante estrangeiro oficialmente recebido em Assunção, o Brasil buscou uma aproximação para, no mínimo, obter uma neutralidade paraguaia, como afirmam Cervo e Bueno:

Sua missão tinha por fim conquistar a simpatia do governo, separar definitivamente o Paraguai da Confederação Argentina, obter uma aliança defensiva, talvez ofensiva, ou no mínimo a neutralidade paraguaia na Guerra Cisplatina (Cervo; Bueno, 2011, p. 50).

As peças desse tabuleiro se realinhariam quarenta anos mais tarde, quando Brasil, Argentina e Uruguai se posicionariam de um lado e o Paraguai estaria isolado de outro, no maior conflito de toda a história da América do Sul: a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança.

2.1.3 As relações com a Inglaterra

A intervenção inglesa esteve presente em todo o processo de independência do Brasil e, como principal fiadora da independência, a Inglaterra foi quem concedeu os empréstimos necessários ao pagamento da indenização a Portugal, conforme dizem Cervo e Bueno:

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 17 de agosto de 1827, válido por quinze anos, era uma adaptação das concessões feitas em 1810 aos novos avanços do capitalismo inglês, que permanecia reservado aos similares oriundos das colônias britânicas. Foi o preço exigido pelos serviços ingleses em prol do reconhecimento da Independência (Cervo; Bueno, 2011, p. 42).

Dessa forma, o Brasil se emancipava de Portugal, mas se tornava dependente financeiramente dos ingleses. A proeminência inglesa nas relações internacionais brasileiras ficaria ainda mais evidente com a intermediação de questões regionais e com a assinatura de tratados altamente vantajosos aos interesses comerciais dos ingleses.

A estratégia inglesa buscava, desde o nascimento da nação brasileira, assegurar um mercado consumidor para seus produtos. Essa estratégia tinha como principais vieses garantir a preferência no tocante às taxas alfandegárias e a supressão do tráfico negreiro. O Tratado do Rio de Janeiro, assinado em 1825, em grande medida assegurou os anseios ingleses anteriormente expressos junto aos portugueses no Tratados de Aliança e Amizade e no Tratado de Comércio e Navegação.

2.1.4 As relações com os Estados Unidos

Os Estados Unidos procuraram ser contraponto à política de dominação europeia na América Latina. Com a propagação da Doutrina Monroe e seu lema “América para os americanos”, buscavam afastar qualquer possibilidade de recolonização e atrair as nações nascentes para sua esfera de influência.

No entanto, o monroísmo não era o único projeto pan-americanista; havia ainda um projeto argentino e, principalmente, um bolivariano que concorriam com o norte-americano. A disjunção dos planos, aliada às diversas necessidades de consolidação territorial e solidificação

das independências, levou ao fracasso do pan-americanismo, como afirmam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

O fracasso do americanismo foi geral. O congresso do Panamá não contou com a presença dos Estados Unidos, do Brasil e da Argentina. Bolívar e sua Grã-Colômbia rivalizavam com os portenhos e seu projeto de Grã-Argentina, o que aliás veio beneficiar politicamente o Brasil (Cervo; Bueno, 2011, p. 47).

A fragmentação das ex-colônias espanholas em diversas repúblicas favoreceu o ideal monroísta calcado na retórica pan-americanista. No entanto, a presença de uma monarquia constitucional, porém hereditária, no Brasil conteve o republicanismo e garantiu forte influência europeia nas Américas, conforme assevera José Flávio Sombra Saraiva:

Na trama dos cálculos europeus, a existência de forte monarquia constitucional no Brasil servia, além de tudo, para evitar que o republicanismo e o risco de dominação continental dos Estados Unidos viessem a conturbar o Concerto Europeu (Saraiva, 2015, p. 48).

A despeito da manutenção da unidade territorial e dos vínculos monárquicos com a Coroa portuguesa por parte do Brasil e do questionamento da legitimidade da monarquia imposta por Napoleão na metrópole espanhola (José Bonaparte no lugar de Fernando VII) por parte dos caudilhos, houve um comprometimento, intermediado pelos ingleses, das principais potências europeias de não intervirem contra a independência das recém-criadas repúblicas, como afirma José Flávio Sombra Saraiva:

Ao obter, em 1823, o compromisso da França de não intervir contra as independências da América Latina, como também a concordância de Metternich, desarmava-se a possibilidade de reconquista das ex-colônias, com apoio europeu, por parte de Portugal e Espanha (Saraiva, 2015, p. 52).

Garantida a influência sobre o Brasil, por meio dos tratados firmados logo após a independência, e a livre navegação do Prata por meio da intermediação do conflito que culminou na independência do Uruguai, a Inglaterra afirmou sua presença no cone sul-americano não por meio do domínio militar, mas por meio do liberalismo e da abertura econômica e comercial que se consolidava antes nas ex-colônias do que na Europa, conforme afirma José Flávio Sombra Saraiva:

Os governos dos países em que a revolução industrial avançava encetaram uma cruzada mundial com o intuito de solicitar o liberalismo econômico, exigi-lo ou, se fosse o caso, impô-lo às zonas economicamente retardadas, antes de adotá-lo nas relações entre si (Saraiva, 2015, p. 58).

Dessa forma, observou-se no período um predomínio das relações internacionais europeias em detrimento das doutrinas pan-americanistas, como o monroísmo e o bolivarianismo. Ainda que buscassem, por meio do seu “destino manifesto”, atrair a América para sua esfera de influência, os Estados Unidos não possuíam, à época, a força necessária para confrontar as relações internacionais das potências do Concerto Europeu.

2.2 A política externa da Primeira República

Com a Proclamação da República e consequente expulsão da família real, instalava-se no Brasil um regime mais semelhante ao dos países vizinhos. O Brasil deixava de ser uma monarquia entre repúblicas e assumia definitivamente uma posição mais americanista.

O Brasil passava da esfera de influência inglesa para a estadunidense, a ponto de adotar nome oficial e bandeira com grandes semelhanças à dos Estados Unidos. O processo de aproximação aos Estados Unidos teve início logo cedo, quando estes foram a primeira potência a reconhecer a independência do Brasil.

No entanto, a mudança de postura do Brasil não incluía somente uma aproximação aos norte-americanos, mas também aos seus vizinhos do Cone Sul. Dentre as principais preocupações estava a necessidade de garantir o reconhecimento dos limites fronteiriços com os diversos países que se formaram como consequência do esfacelamento do império espanhol, assegurar a presença dos produtos brasileiros nos principais mercados e manter a governabilidade do país com o mínimo de interferência política estrangeira.

2.2.1 A reorientação da política externa brasileira

A Proclamação da República no Brasil, além de decretar o fim da única monarquia restante na América do Sul, promoveu a desvinculação definitiva da nação brasileira da coroa portuguesa. A presença da monarquia no Brasil era um símbolo do antigo regime nas Américas e sua abolição fortalecia o movimento republicano americano.

Embora houvesse certo apreço pela pessoa de dom Pedro II por parte do presidente americano Benjamin Harrison e existisse um temor de que o novo regime evoluísse para uma ditadura militar, era premente a necessidade de os Estados Unidos reconhecerem o novo regime antes que uma potência europeia o fizesse, como afirmam Cerro e Bueno:

Apesar da vacilação, o reconhecimento formal da República pelos Estados Unidos foi relativamente rápido e antecipado ao das potências europeias. Este fato e a moção congratulatória demonstram o interesse da potência do Norte em, no embalo da

mudança de instituições, estreitar as relações com o Brasil. Com efeito, uma das mudanças mais significativas imposta pelo novo regime às relações internacionais do país foi o direcionamento destas para os Estados Unidos (Cervo; Bueno, 2011, p. 165).

Tal qual os Estados Unidos, as repúblicas do entorno mais próximo ao Brasil não tardaram em reconhecer o novo regime, fazendo-o, inclusive, antes dos Estados Unidos. Assim foi com o Uruguai e a Argentina, que reconheceram ainda em novembro de 1889, e o Chile, que o fez no mês seguinte.

2.2.2 As interferências estrangeiras nos embates internos

A interrupção do primeiro governo republicano constitucional pela renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca permitiu a ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República. O início dessa nova fase trouxe grandes desafios para consolidação do novo regime, conforme asseveram Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

A crise política do Brasil nos primeiros anos do novo regime, o militarismo e o agravamento da rivalidade entre a Marinha e o Exército, a partir da ascensão do marechal Floriano à presidência, formaram o quadro para a eclosão da revolta da força naval contra o governo legal, em 6 de setembro de 1893, liderada pelo almirante Custódio José de Melo (Cervo; Bueno, 2011, p. 187).

A eclosão desse conflito gerou preocupações nas potências, que, mediante intermediação conjunta, intervieram no conflito, preservando a integridade da capital Rio de Janeiro. Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Portugal receavam que seus interesses políticos, econômicos e financeiros fossem comprometidos com a ruptura da ordem constitucional.

O que fez a balança pender para o lado de Floriano Peixoto foi o apoio norte-americano, que, diferentemente das potências europeias, interveio diretamente no conflito. Assim afirmam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

A intervenção norte-americana foi decisiva para a vitória de Floriano, pois deu-se no preciso momento em que a diplomacia das potências da Europa ensaiava retirar seu apoio ao governo legal. Os Estados Unidos, assim, contribuíram para a “Consolidação” levada a efeito por Floriano Peixoto e, ao mesmo tempo, consolidaram a sua influência sobre o governo brasileiro (Cervo; Bueno, 2011, p. 189).

Diante desse quadro, percebe-se uma atuação mais enfática por parte dos Estados Unidos, embora tenha havido uma intermediação conjunta destes com as potências europeias, com o intuito de preservar as atividades comerciais no porto do Rio de Janeiro.

2.2.3 O Brasil e o mercado externo no início do século XX

Entre os objetivos principais das potências estrangeiras estava o de manter o fluxo de comércio e de capitais com o Brasil. Apesar dos conflitos e agitações internas do início da República, o governo brasileiro envidou constantes esforços para tranquilizar as potências e honrar seus compromissos, estando ligado aos países europeus por vínculos financeiros e comerciais, principalmente com a Grã-Bretanha, que fora a principal fiadora da independência do país.

No entanto, à medida que os vínculos com os países americanos em geral e com os Estados Unidos em particular iam se estreitando, os vínculos com a Europa iam se fragilizando, culminando numa nova fase da política externa brasileira mais pautada no americanismo. Assim afirmam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

Esse “espírito americano” era expressão um tanto dúbia. Que poderia significar corretamente? Naquele momento significava ingressar o Brasil numa fase de aproximação íntima com os países da América, especialmente os Estados Unidos, mudando, dessa forma, a atitude do Império, que era de reticência, cautela e não envolvimento (Cervo; Bueno, 2011, p. 185).

Com efeito, gradativamente, os Estados Unidos assumiram a posição de principal aliado brasileiro. Para além da intervenção militar por ocasião do rompimento do bloqueio marítimo imposto pela armada dissidente do governo Floriano Peixoto, os acordos comerciais garantiram preferências tarifárias aos principais produtos brasileiros, com destaque para o café, como sublinham Cervo e Bueno:

O café era o principal produto da exportação brasileira e os Estados Unidos eram seu principal comprador. Assim, os homens da República buscavam colocar num mesmo patamar as relações econômicas e políticas entre as duas nações. O Estados Unidos, a partir de 1898, exercitavam-se na política mundial, procuravam dar corpo ao seu subsistema internacional de poder e, ao mesmo tempo, buscavam ampliar sua presença comercial na América Latina (Cervo; Bueno, 2011, p. 187).

Agrega-se que, além do café, outros produtos brasileiros, como açúcar e couro, receberam tratamento preferencial no comércio com os Estados Unidos.

2.2.4 A consolidação territorial e o reconhecimento das fronteiras

Afastado o regime monárquico, que fora fundamental para a manutenção da unidade territorial brasileira, a república proclamada teria como um dos principais desafios de sua política externa formalizar o reconhecimento dos limites territoriais. Essa tarefa exigiria o

talento e a perspicácia de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902 a 1912.

Rio Branco possuía um desafio duplo: consolidar as fronteiras brasileiras e dissipar a visão relacionada a um possível imperialismo brasileiro na América do Sul. Diante disso, buscou se aprofundar no estudo dos tratados firmados desde o período colonial, bem como dos princípios regentes do tema. Corroboram essa visão Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

As grandes linhas da política externa do patrono da diplomacia brasileira foram: a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros (Cervo; Bueno, 2011, p. 187).

O desafio de consolidar um território de dimensões continentais exigiu grande habilidade do ministro das Relações Exteriores do Brasil. Se hoje a região amazônica ainda é uma área inóspita, era-o ainda mais no início do século XX, quando a comunicação dos diversos territórios brasileiros com a capital, Rio de Janeiro, era bastante limitada.

Inaugurada a fase republicana, o Brasil passava a gozar de maior aceitabilidade por parte dos países vizinhos, o que abriria novas portas para a negociação de fronteiras, conforme cita Góes Filho:

A Proclamação da República foi muito festejada nas repúblicas sul-americanas, em especial na Argentina. O governo provisório, com Quintino Bocaiúva na pasta das Relações Exteriores, queria começar seu período com um gesto de fraternidade para com os vizinhos, que contribuísse para apagar resquícios do alegado imperialismo brasileiro. E, assim, já em 25 de janeiro de 1890, os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países assinam em Montevidéu um tratado pelo qual dividiam o território contestado em duas partes iguais (Góes Filho, 2013, p. 86).

A despeito da receptividade ao novo regime brasileiro, as questões lindeiras dependeriam da habilidade e expertise do Barão do Rio Branco, profundo estudioso da história das relações internacionais e da evolução territorial brasileira.

Destacam-se no portfólio do Barão as negociações sobre os territórios da região platina na questão de Palmas e as negociações envolvendo a região amazônica com os franceses (questão do Amapá), ingleses (questão do Pirara) e com os bolivianos (questão do Acre). Apesar da evidência desses temas, a maior dificuldade enfrentada na negociação dos limites amazônicos foi com o Peru, como assevera Góes Filho:

Na República, nosso maior problema de limites na Amazônia, pela extensão do território envolvido, foi com o Peru e não com a Bolívia, como se poderia pensar pela gravidade que chegou a assumir a questão acreana, O Peru reivindicava no começo

do século XX um território imenso de 442.000 Km², que incluía não apenas o Acre, com seus 191.000 Km², mas também uma área contígua, todo o sul do Estado do Amazonas (Góes Filho, 2013, p. 124).

O trabalho de Rio Branco foi de tal qualidade que cem anos após sua morte não há nenhuma contestação séria a respeito dos limites territoriais brasileiros, não obstante ser o país de maior extensão territorial da América do Sul e possuir fronteira com quase todos os países, à exceção de Chile e Equador.

3 Considerações finais

A política externa genuinamente brasileira teve sua gênese num período em que os vínculos com a metrópole portuguesa ainda eram bastante fortes. A sucessão de monarcas da dinastia Bragança, a despeito da independência, manteve vigorosos vínculos com a Europa, sendo considerada uma espécie de regime anômalo entre diversas repúblicas recém-independentes do continente americano.

Durante os governos imperiais, as relações externas ainda eram ditadas pelo Concerto Europeu, que era o principal foro de discussões político-econômicas do período. Das potências participantes desse Concerto, as mais atuantes nas relações com o Brasil eram Inglaterra e França. Ambos os países possuíam grande presença no continente americano durante o período colonial e estiveram entre os principais protagonistas do reordenamento do mapa do continente europeu e das independências dos territórios coloniais.

Porém, à medida que o processo de independência das ex-colônias ia se consolidando, o Brasil expandia seu horizonte de política externa. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, após severos conflitos internos, consolidava seu território e se expandia em direção ao sul, estabelecendo protetorados e aumentando sua influência política.

Nesse contexto, a presença europeia foi pouco a pouco sendo mitigada em favor da expansão norte-americana, que já no início do século XX se consolidava como principal parceiro comercial brasileiro. Os acordos comerciais firmados com aquele país contribuíram para a consolidação do café como principal produto da pauta de exportações brasileira, já que os estadunidenses se converteram no principal comprador do produto logo no início do século XX.

Se no período monárquico do Brasil independente o tema central era o reconhecimento da independência pelas principais potências, na Primeira República o centro das atenções da política externa brasileira era o reconhecimento dos limites fronteiriços do país. Duas regiões

se encontravam entre os temas principais de debate: a região do Prata, que à época era a mais destacada, e a região amazônica, a mais relevante na política internacional atual.

Nesse último período, ganhou destaque o nome de José Paranhos, o Barão do Rio Branco. Profundo conhecedor da geografia e do processo de formação territorial do Brasil, foi o principal negociador dos tratados de limites e um dos principais responsáveis pelo reconhecimento dos limites territoriais brasileiros. Sua habilidade negociadora evitou conflitos armados e contou com o endosso e a arbitragem de países diretamente interessados em uma América do Sul estável. Pela relevância e dedicação demonstrada em seu trabalho, o Barão do Rio Branco, com todos os méritos, veio a se tornar patrono da diplomacia brasileira.

Referências

CABRAL, Dilma. Constituição de 1824. **Arquivo Nacional**, 23 maio 2014. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/305-constituicao-de-1824>. Acesso em: 2 jul. 2023.

CERVO, A. L.; BUENO C.; **História da política exterior do Brasil**. 4 ed. rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

GOÉS FILHO, S. S.; **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

SARAIVA, F. S. S. *et al.* **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.